

A SOCIOLOGIA DE ÉMILE DURKHEIM: MODERAÇÃO E SOLIDARIEDADE PARA VENCER A ANOMIA MODERNA E ALCANÇAR A FELICIDADE

"Há uma intensidade normal de todas as nossas necessidades intelectuais, morais, assim como das físicas, que não pode ser ultrapassada. Em cada momento da história, a nossa sede de ciência, de arte, de bem-estar é definida tal como os nossos apetites, e tudo que vá para além desta medida deixa-nos indiferentes ou faz-nos sofrer."¹

Coube ao sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) a tarefa de dar contornos de ciência à Sociologia, delimitando seu objeto e definindo seu método científico de análise, à imagem e semelhança das ciências naturais, o que fez em sua obra *As Regras do Método Sociológico*, de 1895.

Outras obras importantes do autor são:

- *A Divisão do Trabalho Social* (1893);
- *Suicídio* (1897);
- *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

Para Durkheim, a Sociologia estudaria os *atos sociais*, isto é, aquelas ações coletivas já instituídas e cristalizadas em normas, tornadas regulares. Quem quisesse entender a sociedade humana deveria estudar esses hábitos coletivos já sedimentados e expressos nos códigos, nas estatísticas, nos provérbios, nos monumentos históricos, nas roupagens, nas artes, etc. Logicamente, a vida social também têm suas correntes, está

¹ *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Ed. Presença, 1977, vol II, p. 17.

sempre em transformação, mas isso, segundo o autor, o olho humano não consegue apreender, e não seria, portanto, o melhor aspecto para o estudo da realidade social.

Os fatos sociais: coercitividade, externalidade e generalidade

Durkheim definiu os fatos sociais como *"as maneiras de pensar, agir e sentir, exteriores ao indivíduo, dotados de um poder de coerção em virtude do qual se lhe opõem"*. O fato social, portanto, diz respeito a tudo que é geral, que independe das manifestações individuais e que obrigam, impelem os indivíduos a pensar, agir e até sentir de um determinado modo e/ou os impedem de outro. Dito de outra forma, os nossos pensamentos, opiniões, nossas ações e até os nossos sentimentos são determinados pela sociedade a qual pertencemos.

A Sociologia durkheimiana tem um aspecto determinista: a sociedade é visualizada como algo que paira acima do indivíduo, o cria e o determina. Neste sentido, a sociedade teria uma força demiúrgica e é definida como a segunda natureza. Toda sociedade é moral e tem no Deus que venera a sua própria expressão figurada, pois os deuses, segundo o autor, não passam de forças coletivas encarnadas, e no fundo, é a própria sociedade que seus fiéis adoram.

Durkheim também se deu a tarefa de fazer a crítica à separação da esfera econômica da esfera moral, propondo, como solução para o mal-estar da sociedade moderna a rejunção de ambas.

Crítica à amoralidade econômica

Durkheim fez a crítica ao funcionamento amoral da Economia, que dismantela os laços comunitários e sociais. Em *A Divisão do Trabalho Social*, ele especula sobre a verdadeira causa da divisão do trabalho e sobre o papel moral das corporações, dismanteladas pela expansão econômica.

Nesta obra, Durkheim começa criticando as suposições utilitarista, economicista e psicológica que explicariam as causas da divisão do trabalho em sociedade. Segundo tais explicações, a divisão do trabalho e o progresso seriam causados pelo desejo do ser humano em aumentar incessantemente sua felicidade, obtendo recursos mais abundantes e assim aperfeiçoando sua ciência, artes, indústrias. A necessidade de felicidade levaria o indivíduo a se especializar cada vez mais. Como o prazer perderia intensidade ao repetir-se, à medida em que nos habituamos a uma certa felicidade, estaríamos como que obrigados a nos lançarmos em novos empreendimentos para a reencontrar. Daí adviria a necessidade de multiplicar e intensificar os estímulos do nosso prazer e, conseqüentemente, o progresso e a divisão do trabalho. Durkheim discorda destas hipóteses: para ele, ao contrário, a capacidade de felicidade humana é restrita e tende a ser estável, assim como a saúde. Ambas - felicidade e saúde - dizem respeito a um estado de equilíbrio geral e constante: quem busca mais saúde adoece, assim como quem busca mais felicidade, que é definida por Durkheim como sendo a saúde da vida psíquica e moral. Haveria, segundo o autor, uma "intensidade normal de todas as nossas necessidades intelectuais, morais, assim como das físicas", que não poderia ser ultrapassada e é por isso que a felicidade individual não aumentaria à medida em que o homem progride. O ser "civilizado" não seria mais feliz que o selvagem. Ao contrário, o homem, no "estado natural" viveria satisfeito consigo próprio e com sua sorte, em

perfeito contentamento, deixando "correr docemente a sua vida". Pensar que o civilizado seria mais feliz porque teria uma vida mais variada é para o autor um equívoco, uma vez que a civilização trouxe também uniformidade e impôs ao homem trabalhos monótonos e contínuos. Estaríamos hoje expostos a sofrimentos que os selvagens não conhecem e, portanto, não seria "completamente certo que o balanço se salde em nosso proveito". O suicídio, tema recorrente na sociologia durkheimiana e traço patente da infelicidade humana, é visto como sendo preponderantemente um fenômeno da civilização.

Durkheim faz a apologia da moderação: o prazer é mediano e a existência modesta lhe é mais favorável, não sendo necessário ao ser humano "acumular indefinidamente estímulos de toda a espécie". O prazer seria algo efêmero, uma espécie de crise, algo que nasce, dura um momento e morre. A felicidade não seria a soma desses prazeres, ela não seria o estado momentâneo de uma dada função particular e sim a saúde da vida psíquica e moral no seu conjunto. Enquanto o prazer decorre de causas efêmeras, a felicidade decorreria de disposições permanentes. Para o autor a felicidade não dependeria do prazer e sim justamente o contrário, o prazer é que dependeria da felicidade, isto é, deste estado geral e constante que acompanha a interação regular de todas as nossas funções orgânicas e psíquicas: "conforme estamos felizes ou infelizes, tudo nos diverte ou tudo nos entristece; há boas razões para se dizer que nós trazemos a nossa felicidade conosco".

Se a busca de mais felicidade, via mais recursos, não explicaria o surgimento da divisão do trabalho social, o que a explicaria?

Segundo Durkheim, o trabalho se divide à medida em que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, porque então a luta pela vida se torna mais

ardente. No entanto, não seria a divisão do trabalho a causa das hostilidades existentes entre os homens, ao contrário, ela protegeria o indivíduo e a sociedade: Durkheim aciona a teoria de Darwin, segundo a qual a concorrência entre dois organismos seria tanto mais viva quanto mais semelhantes estes fôssem, pois estes teriam as mesmas necessidades e objetivos; por outro lado, as ocasiões de conflitos diminuiriam quando os indivíduos fôssem de espécies ou de variedades diferentes, pois, não levando o mesmo gênero de vida nem se alimentando da mesma maneira, não se importunariam mutuamente:

"Numa cidade, podem coexistir diferentes profissões sem se prejudicarem mutuamente, porque elas perseguem objetivos diferentes. O soldado procura a glória militar, o sacerdote autoridade moral, o homem de estado o poder, o industrial a riqueza, o cientista o renome científico; cada um deles pode assim atingir o seu fim, sem impedir os outros de atingirem o seu. Tudo se passa do mesmo modo quando as funções estão menos afastadas umas das outras. O médico oculista não faz concorrência ao que trata as doenças mentais, nem o sapateiro ao chapeleiro, nem o pedreiro ao marceneiro, nem o físico ao químico, etc. Como prestam serviços diferentes, podem prestá-los paralelamente." (A Divisão do Trabalho Social, 1977, vol 2: 48)

Para Durkheim, a divisão do trabalho social é um produto da luta pela vida, mas, segundo as palavras do autor, trata-se de um "desfecho brando", pois substitui a eliminação mútua pela convivência. A divisão do trabalho, por isso, só é possível em uma sociedade já constituída, pois ela precisa de laços morais: se não os há, se os

indivíduos estão estranhos e isolados uns dos outros, a divisão de trabalho que houver, em lugar de trazer a convivência e a complementaridade, só irá separá-los ainda mais.

Durkheim discorda dos economistas, cita-os expressamente: para o autor, os economistas enxergam na divisão do trabalho o propósito de se produzir mais; porém, se a divisão do trabalho provoca ganhos de produtividade, raciocina Durkheim, tal aspecto é uma consequência menos importante do que a solidariedade que ela reforça. A divisão do trabalho seria uma fonte de coesão social.

"Se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é só porque faz de cada indivíduo um agente de troca, como dizem os economistas; é porque cria entre os homens um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de uma maneira durável." (Divisão do Trabalho Social, vol II: 204)

Ao ver a divisão do trabalho como produto, como resultado de uma sociedade já constituída, Durkheim marca sua oposição em relação às explicações evolucionistas e utilitaristas que vieram à baila a partir de Spencer. Segundo estas, haveria, de início, indivíduos isolados e independentes que teriam passado a se unir para cooperar e, a partir daí, criaram a sociedade humana: segundo Spencer, o homem teria assim passado de um estado de independência perfeita ao de dependência mútua. Durkheim critica: a cooperação não produz a sociedade, ao contrário, a cooperação se dá a partir de vínculos, tais como afinidade de sangue, ligação a um mesmo solo, culto aos mesmos antepassados, comunidade de hábitos etc. Como escreveu o autor: "é só quando o grupo se formou sobre estas bases que a cooperação se organiza" (Divisão do Trabalho Social, vol II: 60)

Dito de outra forma, é preciso que haja um sentimento de identidade, de união, de partilhamento de coisas em comum, de fraternidade, para que exista cooperação.

Durkheim tem sido criticado por ter idealizado a questão da divisão do trabalho social, por ter aludido a uma situação que é muito mais ideal do que real. Não é bem exato, o autor analisa as formas não ideais da divisão do trabalho, que efetivamente existem, as formas anormais, como as chama: seriam elas a divisão forçada e a divisão anômica do trabalho social.

Se na boa divisão do trabalho não existe imposição exterior, se ela é espontânea, ocorrendo segundo as aptidões e índoles em uma sociedade cujas desigualdades exprimiriam apenas as desigualdades naturais, na divisão forçada, ao contrário, os membros de uma sociedade não vão fazer o que querem e para o qual estariam mais aptos mas sim aquilo que o grupo social lhes impõe. O exemplo mais exato disso são as castas, com sua transmissão hereditária de profissões. Nestas sociedades de castas não existem, em realidade, contratos sociais livremente consentidos, a divisão sobre quem faz o quê é imposta, bem como o resultado do contrato, ou seja, a divisão da sociedade em ricos e pobres. A sociedade de castas, no caso, é vista por Durkheim como uma sociedade de contratos injustos, caracterizada por um direito que consagra toda a espécie de desigualdades.

A segunda forma anormal da divisão do trabalho diz respeito à anomia social, ao desregramento, à falta ou ao esgarçamento do tecido das sociedades organizadas, como prefere designá-las o nosso autor. Se a divisão forçada do trabalho pode ser definida como sendo aquela encontrada nas sociedades não-modernas, a divisão anômica caracteriza o mundo moderno, suas crises industriais, seu trabalho contínuo e monótono. Neste mundo moderno, as relações do capital e do trabalho encontram-se

em "estado de indeterminação jurídica" e, portanto, a divisão do trabalho social não poderá produzir solidariedade. Segundo Durkheim, é a falta de um ideal moral que permitirá o aviltamento da natureza humana em tarefas industriais que reduzem o homem ao papel de máquina. É reduzir o homem às suas funções econômicas que irá impedir não apenas seu aperfeiçoamento individual, mas que provocará o esgotamento da própria fonte da vida social.

Durkheim critica ainda nos economistas o equívoco de acreditarem que as sociedades humanas pudessem e devessem transformarem-se em associações puramente econômicas, orientadas por interesses meramente individuais e temporários. A sociedade, para ele, não é a soma de indivíduos perseguindo seus interesses particulares; ao contrário, a sociedade é um ser moral e os deveres do indivíduo para consigo próprio são vistos como deveres para com a sociedade; se a sociedade se esfacela, esfacela-se o indivíduo.

Suicídio e Anomia

O determinismo da sociedade sobre seus membros aparece com clareza na pesquisa e nas conclusões de Durkheim sobre o suicídio. Em trabalho de cunho pioneiro no uso da estatística comparada, Durkheim estudou a ocorrência do suicídio em vários países europeus e constatou que o suicídio tinha uma taxa constante (cada povo teria uma tendência coletiva específica ao suicídio) e ocorria muito mais entre os mentalmente sãos do que entre os loucos: se o suicídio fosse tão somente um ato individual e desvairado, argumentava o autor, ele não seria regular, isto é, os números da sua ocorrência seriam muito variáveis e, ainda, tenderiam a ocorrer muito mais entre

os lunáticos dos manicômios do que entre as pessoas normais. No entanto, esse suicídio "vesânico", dos loucos, é mínimo em relação ao suicídio dos demais.

Durkheim classificou tipos diferentes de suicídio: o suicídio altruísta, cometido por aquele que tem dentro de si, fortemente introjetados, os valores da sua sociedade. Acontecem em sociedades pouco individualizadas, nas quais a personalidade individual é pouco tomada em consideração. O suicídio é então um dever (dos velhos e das viúvas, entre alguns povos primitivos) e uma honra (dos pilotos *kamikases* japoneses, que, na segunda guerra mundial, dirigiam seus projéteis contra o alvo inimigo e explodiam juntamente com eles. Outras variantes mais atuais que caberiam nesta classificação de Durkheim seriam os exemplos dos bonzos, monges budistas que nos anos 60 ateavam fogo às vestes em protesto contra a guerra do Vietnam, e a de jovens palestinos no Oriente Médio, que dirigem caminhões com explosivos, chocando-se contra as paredes da embaixada norte-americana, ou se tornam homens-bombas explodindo ônibus urbanos nas ruas israelenses; o mesmo exemplo ocorre no Iraque, em guerrilha contra a ocupação norte-americana).

Um segundo tipo de suicídio é o anômico, causado pelas crises industriais e financeiras, ou seja, pelas perturbações da ordem coletiva, quando a sociedade está desregrada, "quando já não se sabe o que é possível e o que não é, o que é justo e o que é injusto, quais são as reivindicações e esperanças legítimas, quais são as exageradas; quando os desejos, não podendo ser refreados por uma opinião desorientada, não conhecem os seus limites". Atenção, o suicídio anômico não tem a ver com guerras e revoluções, pelo contrário, quando estas existem, diminui a ocorrência de suicídios, pois "os grandes abalos sociais, assim como as guerras populares, excitam os sentimentos

coletivos, estimulam o espírito de partido, o patriotismo, os credos políticos, a fé nacional e provocam, pelo menos momentâneamente, uma integração mais forte da sociedade." O suicídio anômico tornou-se crônico no mundo do comércio e da indústria, o que o autor explicava não tanto pelos desastres financeiros e empobrecimento, mas pela paixão da cobiça, quando as "satisfações obtidas estimulam as necessidades em vez de as acalmar". A anomia, esse estado de desregramento moral, analisava Durkheim, não seria atributo somente das crises dolorosas, mas também do aumento brusco da prosperidade, das "transformações felizes mas demasiado súbitas". Neste sentido, a miséria econômica não agravaria o suicídio: Durkheim argumentava que entre os pobres camponeses irlandeses ou entre os miseráveis da Calábria ocorriam poucas mortes voluntárias, ao passo que, nos departamentos franceses, eram tanto mais numerosos quanto mais pessoas houvessem que vivessem de rendimentos.

O terceiro tipo de suicídio, aquele que Durkheim mais estudou, é o egoísta, definido como um estado de desamparo moral causado pela desintegração dos laços que unem o indivíduo à sua sociedade. Se no suicídio altruísta os homens se matam por acreditarem demais nos laços morais sociais (individuação insuficiente) e, no suicídio anômico por não partilharem laços morais, estando demasiado movidos pela cobiça individual (individuação excessiva), no suicídio egoísta, embora a sociedade mantenha seus laços morais, através dos seus diferentes grupos sociais, o indivíduo tem com eles pouca integração. Este suicídio varia na razão inversa do grau de integração das sociedades religiosa, doméstica e política das quais faz parte o indivíduo. O estado de egoísmo estaria em contradição com a natureza humana, gregária. "Se o vínculo que liga o homem à vida se distende, é porque o vínculo que o liga à sociedade também se distendeu", concluiu Durkheim.

Ao estudar as variáveis que estão presentes no fenômeno do suicídio, Durkheim vai encontrar certas regularidades que serão explicadas não por questões de ordem física ou biológica, mas por questões sociais: o suicídio ocorre mais entre os homens do que entre as mulheres (na relação de 1 mulher para cada 4 homens); mais entre os celibatários do que entre os casados; mais nas cidades do que no campo, mais nas classes cultas e abastadas do que entre os pobres; ocorrem mais de dia do que de noite, o que o autor atribui ao período em que o movimento dos negócios é mais intenso, quando se desenvolve uma atividade maior, *"quando as relações humanas se cruzam e entrecruzam, em que a vida social é mais intensa"*. O suicídio feminino tenderia a ocorrer mais entre as casadas do que entre as solteiras" (segundo o autor, a "sociedade conjugal prejudica a mulher") e mais aos domingos do que nos demais dias da semana, o que Durkheim explicava por ser o dia no qual a mulher, que vivia uma vida retirada, mais saía de casa e tomava parte na vida comum. O fato do suicídio ocorrer mais nos meses quentes do que nos frios também é explicado pela vida social mais intensa desses meses e não pela hipotética influência perturbadora do calor nos organismos. A religião também tinha um aspecto determinante na ocorrência de suicídios, e Durkheim os encontrou mais presentes entre os protestantes do que entre os católicos e judeus. Os judeus, explicava Durkheim, estavam protegidos do suicídio pelo alto grau de coesão grupal que desenvolveram para lutar contra a animosidade geral, e assim se mantiveram estreitamente unidos uns aos outros; quanto aos católicos, a estrutura poderosa de seus dogmas, a imposição dos credos tradicionais e a autoridade das idéias que são partilhadas por toda a sociedade, sem contestação, protegiam-nos, na medida em que os impediam de pensar livremente. Já os protestantes, por terem buscado a liberdade, gozavam do livre arbítrio e a interpretação da Bíblia não lhes era imposta. Assim, o

protestantismo daria uma maior margem ao pensamento individual. Como se vê, a análise de Durkheim sobre o papel das religiões na maior ou menor ocorrência de suicídios não tinha a ver com a doutrina religiosa intrínseca de cada religião, mas por ver em cada religião uma comunidade dotada de maior ou menor força de coesão social.

O grau de instrução também foi uma das variáveis sobre as quais Durkheim se debruçou: os protestantes eram mais instruídos do que os católicos e se suicidavam mais que estes; as mulheres eram menos instruídas que os homens e, como vimos, pouco se matavam; entre os profissionais liberais, as classes mais instruídas, a ocorrência do suicídio despontava. "Por que o suicídio progredia com a ciência?", perguntou-se Durkheim. Seria correto atribuir à ciência a origem do mal? Não, a ciência não é o mal, seria antes o remédio, ele mesmo respondeu. O homem não se mata por se ter instruído, mas porque a sociedade a que pertence perdeu a coesão e essa perda o intelectual a enxerga mais que os demais.

Embora fale da vida social como um todo, da desintegração social, e não enfatize o papel específico do mundo da produção na ocorrência dos suicídios, é patente em sua análise a presença implicitamente desagregadora do mundo da produção: mulheres, velhos e crianças pouco se suicidam porque não são seres sociais, ou já não o são mais, ou ainda não o são, estando assim abrigados do mundo da produção; os suicídios anômicos são ocorrências da área da indústria e do comércio; os suicídios predominam nos horários produtivos, etc. Como vimos acima, esse tipo de crítica à Economia, às feições modernas das atividades econômicas está presente de forma explícita em outra de suas obras, a Divisão do Trabalho Social.

Solidariedade social

As sociedades humanas, segundo Durkheim, existem em dois tipos: a sociedade segmentar, não moderna, onde existe uma similitude entre seus membros e na qual os laços morais são mecânicos - solidariedade mecânica. Nela os membros sociais estão unidos pela sua semelhança e, a bem dizer, não existiriam indivíduos. O segundo tipo é a sociedade organizada, moderna, composta por indivíduos diferentes, diferenciados, cujos laços de solidariedade são orgânicos - solidariedade orgânica - laços tecidos pela divisão do trabalho social e a interdependência que ela provoca. Na verdade, sublinha Durkheim, é só na sociedade organizada que podemos falar de indivíduo e de liberdade individual, pois ambos se desenvolvem com a divisão do trabalho social. Enquanto as sociedades inferiores, segmentares, têm seus laços, sua solidariedade, assegurados pela comunidade das crenças e dos sentimentos, as sociedades organizadas têm na interdependência, trazida pela divisão do trabalho, o seu vínculo moral. Durkheim está alerta para o fato de que as desigualdades comprometem esta solidariedade da sociedade organizada. As tendências anômicas desta forma de sociedade, a redução do homem à sua função econômica, fazem da divisão do trabalho algo ruim e um mal. Durkheim adverte-nos, porém, de que essas conseqüências desastrosas não são da natureza da divisão do trabalho, mas das suas circunstâncias.

Durkheim é, decerto, o sociólogo da moral, enfatizando a importância da consciência coletiva, do compartilhar formas de pensar, agir e sentir. É em razão desta ênfase na moral que ele vai identificar os males da sociedade moderna - a dita sociedade organizada - na anomia, isto é, na ausência de regras, de normas morais, e

vai responsabilizar por isto a vida econômica e a predominância das funções econômicas sobre as demais funções sociais.

É importante nos determos na análise do que é solidariedade e moral para Durkheim. Solidariedade não tem a ver com o sentido usual que lhe damos, de empatia, apoio e compaixão pelos que sofrem, mas sim com os laços involuntários e inevitáveis que unem os seres em sociedade, que fazem com que tenhamos a mesma história, a mesma cultura, o mesmo destino, não importam as diferenças reais entre os indivíduos. Por exemplo: em Goiânia, em 1987, um trabalhador de ferro-velho, por ignorância, manuseou uma cápsula de césio 157, aquela linda pedra azul e brilhante que retirara de um aparelho de raio-x, ali abandonado pela negligência e irresponsabilidade de médicos de uma clínica. O trabalhador adoeceu, uma menina da sua família morreu, muitas outras pessoas ficaram definitivamente contaminadas, as casas da área foram isoladas, os produtos vindos de Goiânia foram rejeitados no mercado, os imóveis das cercanias perderam seu valor. A pobreza e ignorância do trabalhador de ferro-velho, a negligência criminosa dos médicos da clínica e das autoridades públicas responsáveis pela fiscalização do uso da energia nuclear, nada disso são fatos isolados: dizem respeito a características do todo social que compartilhamos, à geléia geral na qual estamos mergulhados. Mesmo que isoladamente uns poucos de nós tenhamos informação, instrução, sejamos cuidadosos e responsáveis, teremos nossos destinos determinados, ou pelo menos fortemente influenciados, pelas ações e omissões dos ignorantes e dos negligentes que, no caso da sociedade brasileira, lhe dão o tom e o diapásão. Podemos pretender construir nossos nichos sociais, vivermos em ricos condomínios fechados, mesmo assim a pobreza e a ignorância que predominam na sociedade brasileira nos alcançará e nos definirá. Em

resumo, será necessário construir uma sociedade majoritariamente instruída, responsável e rica para que individualmente assim o sejamos.

Durkheim distingue, como mencionamos, dois tipos de solidariedade: a primeira, *mecânica*, liga diretamente o indivíduo à sociedade, ao conjunto de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo. O termo "mecânica" não tem a ver com uma suposta artificialidade ou automatismo, Durkheim o utiliza para fazer analogia com a coesão que une entre si "os elementos dos corpos brutos". A segunda, *orgânica*, liga o indivíduo às partes que compõem a sociedade, ao sistema de funções diferentes e especiais que ligam relações sociais definidas. A solidariedade mecânica está ligada à similitude, semelhança das consciências (diz respeito à família, ao clan, à terra natal) e a solidariedade orgânica diz respeito à divisão do trabalho social (a sociedade moderna organizada, diferenciada em grupos de produção, de interesses, religiosos, políticos, etc). Se na primeira forma o indivíduo não se pertence, está imerso na consciência, no pensar e agir coletivos, na segunda a individualidade aparece e aumenta ao mesmo tempo e como resultante da diferenciação das partes do todo social. Somos o resultado destes dois tipos de laços sociais.

"A vida social tem uma dupla origem, a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. O indivíduo é socializado, no primeiro caso, porque, não possuindo individualidade própria, confunde-se, assim como os seus semelhantes, no seio de um mesmo tipo coletivo; no segundo, porque, possuindo uma fisionomia e uma atividade pessoais que o distinguem dos outros, deles depende na própria medida em que

deles se distingue e, por conseqüência, da sociedade que resulta da sua união." (A Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I: 259)

A Moral

A moral para Durkheim também tem seus contornos definidos. Não se trata aqui da boa ética ou da pregação moralista cristã, mas de uma questão de fato². Toda sociedade é uma sociedade moral, diz Durkheim, pois toda sociedade tem seus códigos, suas normas, suas formas genéricas de pensar, agir e sentir. A moral consiste em ser solidário de um grupo e é sempre obra de um grupo; complementarmente, o ser humano é um ser moral porque vive no seio de sociedades constituídas. Neste sentido, uma sociedade de criminosos é uma sociedade moral se todos compartilham da moral do crime: a moral dos mafiosos, por exemplo, é uma moral social:

"O direito e a moral são o conjunto dos laços que nos prendem uns aos outros e à sociedade, que fazem da massa dos indivíduos um agregado e um todo coerente. É moral, pode dizer-se, tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a contar com outrem, a pautar os seus movimentos por outra coisa diferente dos impulsos do seu egoísmo e a moralidade é tanto mais sólida quanto estes laços são mais numerosos e mais fortes." (Divisão do Trabalho Social, 1977, vol II: 195)

² Durkheim define a moral como os deveres que os homens têm, uns para com os outros, por pertencerem a determinado grupo social, família, corporação, Estado. A ética, ele a entende como deveres independentes do grupamento particular, uma esfera mais geral, que independe de condições locais ou étnicas. É uma esfera mais elevada, que nos diz que devemos respeitar a vida, a propriedade, a honra dos semelhantes ainda que não sejam nemmeus parentes nem meus compatriotas. (Lições de Sociologia, 1983:99)

"Quando sabemos que a moral é produto da sociedade, penetra no indivíduo do lado de fora, lhe violenta, sob certos aspectos, a natureza física, a constituição natural, compreendemos que a moral é o que a sociedade é e não é forte senão na medida em que a sociedade é organizada." (Lições de Sociologia, 1986: 67)

Para Durkheim, o problema representado pelo estado mórbido da sociedade moderna - a sociedade organizada - deve-se à amoralidade da vida econômica, cuja função se tornou predominante dentre as demais funções sociais. As funções econômicas, como a indústria e o comércio, que se tornaram preponderantes, estão inorganizadas, são funções de uma esfera da atividade coletiva que Durkheim percebe como estando hoje fora da moral. Este "economismo" é criticado por Durkheim porque está baseado na crença equivocada de que a vida econômica seria capaz de organizar-se por si mesma, funcionando regular e harmoniosamente sem a necessidade de uma autoridade moral.

"Daí vem a crise da qual enfermam as sociedades europeias. Desde há dois séculos, a vida econômica conheceu desenvolvimento que nunca antes ocorrera: da função secundária de então, desprezada, relegada às classes inferiores, passou para o primeiro plano. Diante dela vemos recuarem, cada vez mais, as funções militares, administrativas, religiosas. Só as funções científicas estão em condições de lhe disputar o lugar... Essa forma de atividade que tende a adquirir tamanho lugar no conjunto da sociedade não pode ficar liberta de toda regulamentação moral especial, sem que daí resulte verdadeira anarquia. As

forças assim libertas já não sabem qual é seu desenvolvimento normal, visto como nada indica onde devam parar. Chocam-se, pois, em movimentos discordantes, atropelando-se umas às outras, reduzindo-se, repelindo-se mutuamente. As mais fortes chegam, sem dúvida, a esmagar as mais fracas... esse caráter amoral da vida econômica constitui perigo público." (Lições de Sociologia, 1983: 11-12).

"Uma forma de atividade que tomou um tal lugar no conjunto da vida social não pode evidentemente permanecer a este ponto não regulamentada sem que daí resultem as perturbações mais profundas. É, em particular, uma fonte de desmoralização geral. Pois, precisamente porque as funções econômicas absorvem hoje a maior parte dos cidadãos, há uma infinidade de indivíduos cuja vida se passa quase completamente no meio industrial e comercial; daqui se segue quem como este meio não é senão fracamente marcado de moralidade, a maior parte da existência daqueles decorre à margem de toda a ação moral. "

(Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I: 10)

A Volta às Corporações

O que fazer para reverter tal estado mórbido? Durkheim prescreve como remédio o corporativismo, atualmente tão denegrado. Para ele, só o regime corporativo, revivido, seria capaz de moralizar a vida econômica moderna, definindo deveres entre empregados e empregadores, por exemplo. O corporativismo é entendido como a associação de profissionais, um grupo social intermediário entre a família e o Estado, a grande sociedade. As corporações, segundo o autor, tiveram uma função moral, a de

subordinar o particular ao geral e seria necessário fazê-las renascer. Se a família foi, segundo Durkheim, o "meio no seio do qual a moral e o direito domésticos foram elaborados", a corporação é "o grupo intermediário no qual devem ser elaborados a moral e o direito profissionais".

"Aquilo que antes de mais nada vemos no grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um mais vivo sentimento da sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais."

(Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I: 17)

O autor estuda a história das corporações antigas, as romanas e as da Idade Média, analisa suas funções sociais e os motivos pelos quais terminaram. A partir daí, ele traça um paralelo sobre como deveriam ser as novas corporações modernas.

Segundo Durkheim, as corporações apareceram com os ofícios, quando a atividade de manufatura dos objetos deixou de ser um simples adendo à atividade agrícola. Na Grécia, elas eram desconhecidas até a conquista romana, pois, sendo os ofícios desprezados entre os gregos, eram realizados por estrangeiros e escravos, fora da organização legal das cidades. Em Roma, desde a época de Cícero, as associações profissionais se expandiram, atingindo seu apogeu no Império, acabando por tornarem-se "autênticas engrenagens da administração" e desempenhando funções oficiais. As corporações romanas eram também um colégio, um grupamento religioso, cada uma delas com seu deus particular, seu culto, suas festas, sua forma de ajuda mútua, seus cemitérios. Tais corporações - *sodales* - eram verdadeiras comunidades. As corporações

romanas acabaram juntamente com a extinção do império: com as guerras civis e as invasões os artesãos fugiram das cidades e dispersaram-se pelos campos.

As corporações viriam a renascer por volta dos séculos XI e XII, com a urbanização, quando se desenvolveu toda uma regulamentação destinada a garantir a probidade profissional e uma reciprocidade de deveres entre empregados e empregadores. Quando as cidades européias libertaram-se da tutela senhorial e se formaram as comunas (que eram uma reunião de corporações), as corporações tornaram-se a base da constituição comunal; a organização política e municipal ficou estreitamente ligada à organização do trabalho:

"Em Amiens, por exemplo, os artesãos reuniam-se todos os anos para eleger os presidentes de cada corporação ou bandeira; os presidentes eleitos nomeavam em seguida doze juízes, que por sua vez nomeavam doze outros, tendo o seu conjunto por sua vez de apresentar aos presidentes das bandeiras três pessoas entre as quais escolhiam o presidente da comuna." (V. Rietschel, *Markt und Stadt in threm rechtlichen Verhältniss*, Leipzig, 1897: 193, citado por Durkheim na *Divisão do Trabalho Social*, 1977, vol I: 30)

Por que terminaram as corporações medievais? Por causa do surgimento da grande indústria, que se estendeu para fora do mercado local da comuna; assim, o mercado se tornou nacional e internacional, mas não as corporações, que permaneceram locais. Seria necessário, propôs Durkheim, expandi-las também nacional e internacionalmente. Mais que isso, seria desejável que se substituísse a atual organização do Estado em circunscrições territoriais por colégios eleitorais

profissionais, pois, uma vez que os laços que ligam as pessoas aos territórios vinham se tornando mais frouxos, as assembléias políticas profissionais exprimiriam mais exatamente a diversidade de interesses sociais e as suas relações.

"Agora que a comuna, de organismo autônomo que foi antigamente, tem vindo a dissolver-se no Estado como o mercado municipal no mercado nacional, não é legítimo pensar que a corporação deveria, também ela, sofrer uma transformação correspondente e tornar-se a divisão elementar do Estado, a unidade política fundamental? A sociedade, em vez de permanecer o que é ainda hoje, um agregado de distritos territoriais justapostos, poderia tornar-se um vasto sistema de corporações nacionais."(Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I: 37)

Durkheim adverte para a interpretação equivocada dos sindicatos modernos como sendo a nova versão das corporações: não o seriam, porque os sindicatos são associações privadas, desprovidas de poder regulamentar. Embora seja legítimo e necessário haver sindicatos de patrões e de empregados, distintos uns dos outros, Durkheim lamenta não haver entre eles uma organização comum que os aproxime para elaborar em comum uma regulamentação, daí porque subsiste entre eles um estado de guerra, onde os sindicatos patronais e os dos assalariados se defrontam "como dois Estados autônomos, mas de força desigual":

"Patrões e operários estão, uns relativamente aos outros, na mesma situação que dois Estados autônomos, mas de força desigual. Podem, como o fazem os povos por intermédio dos seus governos, estabelecer entre si contratos. Mas estes

contratos não exprimem senão o estado respectivo das forças econômicas em presença, como os tratados que dois beligerantes celebram apenas exprimem o estado respectivo das suas forças militares. Consagram uma situação de fato; não poderiam estabelecer uma situação de direito. Para que uma moral e um direito profissionais possam estabelecer-se nas diferentes profissões econômicas é preciso, portanto, que a corporação, em vez de permanecer um agregado confuso e sem unidade, se torne, ou antes, volte a ser, um grupo definido, organizado, numa palavra, uma instituição pública. (A Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I:13-14)

Proponho que vejamos a defesa das corporações e dos grupos profissionais, no seu sentido mais amplo, como a defesa mais genérica da vitalidade dos grupos secundários, de interesses ou voluntários. É preciso que entre o indivíduo e a sociedade organizada como um todo - o Estado - existam vários grupos sociais intermediários ou secundários além da família (cujas importâncias, segundo a visão de Durkheim, diminuiu), para que os indivíduos sejam felizes, pois a vida em comum é atraente, traz alegrias, dá sentido ao ser humano e porque são os grupos secundários que possibilitam as sociedades políticas:

"...As sociedades políticas se caracterizam, em parte, pela existência de grupos secundários...não havendo grupos secundários, não haverá autoridade política. (Lições de Sociologia, 1983: 41-42)

"A partir do momento em que, no interior de uma sociedade política, um certo número de indivíduos percebem ter em comum idéias, interesses,

sentimentos, ocupações, que o resto da população não partilha com eles, é inevitável que, sob a influência destas similitudes, sejam atraídos uns para os outros, se procurem, se relacionem, se associem e que assim se forme um grupo restrito, tendo a sua fisionomia especial no seio da sociedade geral. Mas, uma vez formado, nele se desenvolve uma vida moral que traz naturalmente a marca das condições particulares nas quais ela se elaborou. Pois é impossível que homens vivam juntos, façam regularmente trocas, sem que adquiram o sentimento do todo que pela sua união constituem, sem que se prendam a este todo. Ora, esta ligação a qualquer coisa que ultrapassa o indivíduo, esta subordinação dos interesses particulares ao interesse geral é a própria origem de toda a atividade moral... Não é a sociedade a única interessada em que estes grupos particulares se formem a fim de regularem a atividade que neles se desenvolve e quem de outro modo se tornaria anárquica; o indivíduo, pelo seu lado, encontra aí uma fonte de alegrias. Porque a anarquia lhe é dolorosa. Também ele sofre os conflitos e as desordens que se produzem sempre que as relações interindividuais não são submetidas a nenhuma influência reguladora. Não é bom para o homem viver assim em pé de guerra no meio dos seus companheiros imediatos. Esta sensação de uma hostilidade geral, a desconfiança mútua que daí resulta, a tensão que suscita, são estados penosos quando são crônicos; se gostamos da guerra, também gostamos das alegrias da paz e estas últimas têm tanto mais valor para os homens quanto mais profundamente socializados forem...A vida comum é atraente ao mesmo tempo que é coerciva...Eis porque, quando os indivíduos que se acharem ter interesses comuns se associam, não é só para defenderem esses interesses, é para se

associarem, para não mais se sentirem perdidos no meio de adversários, para terem o prazer de comunicar, de não serem senão um em vários, quer dizer, em definitivo, para levarem juntos uma mesma vida moral. (Divisão do Trabalho Social, 1977, vol I: 22-23)

Do texto acima transcrito podemos deduzir que o sentimento de pertencimento ao grupo, o compartilhar de interesses em comum, fundamentam a noção de moral em Durkheim. O atomismo, a fragmentação, a extrema individualização da vida moderna, causados pela amoralidade da esfera econômica deixam os seres humanos isolados e indefesos diante do macro-social e do Estado. Recuperar sua felicidade é tecer entre si laços morais de solidariedade, ou seja, é desenvolver-lhes o sentido associativo, é colocar entre os indivíduos isolados e o Estado diversas associações.

Isso não significa, todavia, dizer que o indivíduo devesse ser protegido de um Estado totalitário, Durkheim não tem esta visão negativa do Estado, pelo contrário: segundo o autor, o Estado é criador das liberdades e a própria instituição dos direitos individuais é obra do Estado.

"Nada tem de negativo o papel do Estado. Tende a assegurar a individuação mais completa permitida pelo estado social." (Lições de Sociologia, 1983: 63)

"...o Estado não é, por si mesmo, antagonista do indivíduo. O individualismo só é possível pelo Estado...a função essencial do Estado é liberar as personalidades individuais... Foi ele que subtraiu a criança à dependência patriarcal, à tirania doméstica; foi ele que libertou o cidadão dos grupos feudais, mais tarde

comunais; foi ele que libertou o operário e o patrão da tirania corporativa."(Lições de Sociologia,1983: 58-59)

O Estado, todavia, deve ter contrapesos e ser contido por outras forças coletivas, os grupos secundários que são a família, a corporação, a igreja, os distritos territoriais, etc.

"A força coletiva que é o Estado, para ser liberatriz do indivíduo, tem necessidade, ela própria, de contrapeso, deve ser contida por outras forças coletivas, pelos grupos secundários." (Lições de Sociologia, 1983: 58)

Durkheim foi um autor mal lido, a quem, equivocada e injustamente, se atribuiu a pecha de sociólogo da ordem, defensor do *statu quo* conservador. De uma forma rasa, todos os que fizeram sociologia fora do paradigma marxista acabaram sofrendo tais interpretações. Na verdade, Durkheim, se viu o comunismo como algo retrógrado, uma variação do pensamento platônico, defendeu o socialismo como um “grito de dor”, um “grito de angústia coletiva, a filosofia econômica das classes que sofrem” (Fridman, 1993: 39)³. O socialismo representava para ele a reforma moral preconizada, uma busca de organização, a religação das funções sociais, a submissão das funções econômicas à sociedade e apareceria em um momento muito avançado da evolução social.

³ Fridman, L. C. (org.) Émile Durkheim, Max Weber: Socialismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

